



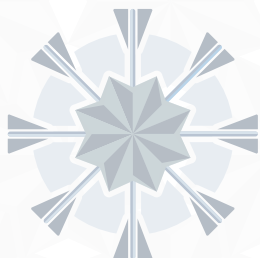
Reunião Preparatória

XI ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO

BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2017



Reunião Preparatória

XI ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO

BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2017



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha
Conselheiros: Aloysio Corrêa da Veiga
Carlos Augusto de Barros Levenhagen
Bruno Ronchetti de Castro
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Gustavo Tadeu Alkimim
Carlos Eduardo Oliveira Dias
Rogério Jose Bento Soares do Nascimento
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
José Norberto Lopes
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade
Diretora-Geral: Julhiana Miranda Melhoh Almeida

Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social
Secretária de Comunicação Social Luiz Cláudio Cunha
Projeto gráfico Eron Castro
Revisão Carmem Menezes

2017

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

Introdução 7

Solenidade de abertura 8

Apresentação: Resultados do Supremo em Ação 11

Apresentação: Relatório Justiça em Números 12

Vídeo – Resultados Parciais das Metas Nacionais 2017 14

Apresentação de Paineis: O Judiciário em Pauta 15

Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional 16

Plenária Final 19

Encerramento 22

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou a **Reunião Preparatória para o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário** nos dias 4 e 5 de setembro de 2017, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília/DF.

O evento contou com a participação de presidentes dos Tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica, além de representantes de associações de magistrados e de entidades de servidores.

A Reunião Preparatória teve por objetivo apresentar e debater os resultados do *Relatório Justiça em Números 2017* (ano-base 2016) e consolidar as propostas de metas nacionais dos segmentos de Justiça para o ano de 2018 com base na Resolução CNJ n. 198/2014 e na Resolução CNJ n. 221/2016.

Na oportunidade da Reunião Preparatória, foram convidados também jornalistas de diferentes veículos de comunicação para análise sobre o Poder Judiciário.

Este Relatório visa apresentar de forma sucinta os registros mais relevantes do evento. Para tanto, encontram-se referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos da Reunião.





Solenidade de abertura

A presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia, dando início à abertura do evento, cumprimentou e agradeceu a presença de todos os presentes e as autoridades que compuseram a mesa de abertura: o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, o presidente em exercício do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luiz Fux; a presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Laurita Vaz; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Ives Gandra; o presidente do Superior Tribunal Militar, ministro José Coêlho Ferreira; o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha; e o vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Luís Cláudio da Silva Chaves.

Inicialmente, a ministra Cármen Lúcia reforçou que as metas do Poder Judiciário não são implementadas a partir da determinação de um único órgão, mas por amplo debate em que são esclarecidos os pontos necessários para formação de um consenso, e para então, serem aprovadas pelos Tribunais brasileiros no Encontro Nacional.

A ministra afirmou que o Conselho Nacional de Justiça tem como objetivo e competência constitucional fixar as políticas públicas essenciais para que a prestação jurisdicional seja mais eficiente para os brasileiros. Deve-se definir, portanto, juntamente com os demais órgãos do Poder Judiciário, o que é necessário para que o cidadão brasileiro tenha mais eficiência e transparência no recebimento da Justiça.

Adicionalmente, reafirmou que os próprios juízes não estão satisfeitos com o desempenho do Poder Judiciário, contudo ponderou que o rendimento é afetado pela crescente demanda judicial e pela legislação brasileira que possui inúmeros meios para postergar o encerramento dos processos.

A ministra enfatizou que essa Reunião Preparatória apresentou inovações, e a cada ano há aperfeiçoamentos das metas, dos programas e das avaliações, o que permite melhorar as políticas judiciárias. Este ano, segundo a ministra, tem sido ampliada a transparência de dados do Poder Judiciário, trazendo melhor apuração e depuração dos resultados, o que permite o aperfeiçoamento da gestão e das políticas públicas do Judiciário.



Logo após, a ministra apresentou também o aplicativo “Justiça Aqui” desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual permite que o cidadão localize, pelo seu *smartphone*, a unidade do Poder Judiciário mais próxima.

Por fim, a ministra Cármen Lucia agradeceu a presença do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, e informou que todas as informações institucionais estão sendo a ele repassadas, uma vez que sua passagem na administração é momentânea. Dessa forma, os projetos e programas e políticas públicas do Poder Judiciário podem ser continuados. Em conclusão, afirmou que é preciso ter coragem para enfrentar os desafios do Poder Judiciário, uma vez que isso resultará em melhorias para a sociedade brasileira que tem na Justiça o seu suporte.

Em seguida, o ministro Dias Toffoli destacou a importância do Poder Judiciário como garantidor da efetividade de direitos. E, nesse sentido, lembrou que a criação do Conselho Nacional de Justiça foi um marco na necessidade de organizar o Poder Judiciário para atender essa nova demanda da sociedade brasileira.

Subsequentemente, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal finalizou o discurso, sustentando que é relevante que toda a magistratura tenha a perspectiva de que trabalhar junto ao CNJ, na construção de diretrizes, metas, fiscalização e transparência, legítima, perante a sociedade brasileira, o Poder Judiciário como um ator eficaz na construção da democracia brasileira e na resolução de conflitos individuais e coletivos.

Finalizando os discursos de abertura, o ministro Luiz Fux, anfitrião do evento, ressaltou a importância do magistado na gestão do processo judicial e fez um alerta de que toda a magistratura deve ficar atenta aos movimentos recentes que querem minimizar e enfraquecer a figura do juiz, já que essas atitudes só colaboram para prejudicar o país, e, nessa conjuntura, somente o Poder Judiciário é capaz de levar a nação a uma democracia estável.



Mesa da Solenidade de Abertura da Reunião Preparatória

O arquivo com as apresentações da Solenidade de Abertura pode ser acessado pelo *link*: [Apresentações – Solenidade de Abertura](#)



Apresentação: Resultados do Supremo em Ação

Posteriormente à solenidade de abertura, a presidente Cármen Lúcia apresentou aos magistrados e servidores participantes do evento os resultados do *Supremo em Ação*, primeiro relatório analítico das atividades do Supremo Tribunal Federal elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça.

A ministra revelou que o Poder Judiciário quer se mostrar para se aperfeiçoar e que, para tanto, precisa da colaboração da sociedade. Segundo a presidente do CNJ, o Poder Judiciário tem de ser aberto, com mais clareza e transparência, sendo o *Supremo em Ação* um exemplo disso.

O *Supremo em Ação* está disponível também na versão digital, no qual fornece informações detalhadas, como, por exemplo, sobre a produção de sentenças e o volume de processos judiciais a cargo de cada um dos atuais ministros do STF.



Apresentação do Relatório Supremo em Ação



Apresentação: Relatório Justiça em Números

Para a apresentação do Relatório Justiça em Números de 2017 (ano-base 2016), compuseram a mesa o conselheiro Bruno Ronchetti, presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça, e a Doutora Maria Tereza Sadek, diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

Segundo o presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, o *Justiça em Números* de 2017 é uma relevante fonte de informação para subsidiar as políticas públicas desenvolvidas pelo CNJ, além de ser uma ferramenta de transparência para o cidadão.

O Relatório traz dados consolidados da estrutura e litigiosidade da Justiça, além dos indicadores e das análises que subsidiam a gestão judiciária.

O conselheiro Bruno Rochetti declarou que o relatório deste ano passou por inovações tecnológicas, buscando estimular o acesso interativo aos dados, por meio de consulta digital ao painel interativo do Justiça em Números no portal eletrônico do CNJ. O conselheiro ainda esclareceu que, apesar de estar mais conciso, não houve perda material ao conteúdo do relatório.



Mesa da Apresentação do Relatório Justiça em Números

O arquivo com as apresentações do Relatório Justiça em Números 2017 pode ser acessado pelo *link*: [Apresentação – Relatório Justiça em Números 2017](#)





Vídeo – Resultados Parciais das Metas Nacionais 2017

Em continuidade ao evento, foi apresentado vídeo com os resultados parciais das Metas Nacionais de 2017, relativos ao primeiro semestre do corrente ano. Esses resultados serviram de parâmetro no debate para a proposição de Metas para o próximo ano.



Vídeo com a apresentação dos resultados parciais de 2017

O vídeo com a apresentação dos resultados parciais das Metas Nacionais 2017 pode ser acessado pelo [link: Metas Nacionais do Poder Judiciário 2017 – Resultados parciais](#)



Apresentação de Painel: O Judiciário em Pauta

Compuseram a mesa para apresentação do Painel “O Judiciário em Pauta” a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia, o secretário-geral do CNJ, Júlio Ferreira de Andrade, e os jornalistas Frederico Vasconcelos, Eliane Cantanhêde e Míriam Leitão.

A ministra Cármen Lúcia enfatizou que não existe democracia sem imprensa livre e independente e avaliou a relevância de a imprensa brasileira ser capaz de compreender os dados da Justiça e como o Judiciário atua. A ministra presidente observou também a importância do debate, uma vez que essa interação pode impactar na imagem que se tem sobre a magistratura.

Os jornalistas destacaram aspectos positivos do Judiciário, como a produtividade e iniciativas para melhorar a transparência e também criticaram ações que prejudicam a imagem do Judiciário, como os altos custos, a morosidade e a impunidade.



Mesa da Apresentação do Painel “O Judiciário em Pauta”

O vídeo com a apresentação do Painel “O Judiciário em Pauta” pode ser acessado pelo [link: Painel “O Judiciário em Pauta”](#)





Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

Na manhã do segundo dia do evento, foram realizadas reuniões com os representantes de cada segmento de Justiça da Rede de Governança Colaborativa, para analisar, deliberar e consolidar as propostas de Metas Nacionais para 2018. Os participantes foram distribuídos em salas setoriais por segmento de Justiça.

Grupo da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)



Grupo Justiça Federal (CJF e TRFs)



Grupo Justiça Estadual (TJs)





Grupo Justiça Eleitoral (TSE e TREs)



Grupo Justiça Militar (STM e Justiça Militar Estadual)



Após as deliberações, cada segmento elaborou uma apresentação com a síntese das propostas de metas para exposição em plenária, além de registrar, em ata, as principais ocorrências durante a oficina de trabalho.

Plenária Final

Subsequentemente às reuniões setoriais, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia; o conselheiro Bruno Ronchetti; o conselheiro Carlos Levenhagen; o conselheiro Fernando Mattos; o conselheiro Rogério Nascimento; o conselheiro Norberto Campelo; e o conselheiro Gustavo Alkmin.

Inicialmente, o conselheiro Bruno Ronchetti, presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça, evidenciando o processo atual de formulação das Metas Nacionais, lembrou que as metas são construídas pelos tribunais de forma consensuada e em bases factíveis, com experiências empíricas, de forma a alcançar o que de fato pode ser feito. O conselheiro agradeceu o empenho e esforço de todos tribunais no cumprimento das metas de 2017, até então.

Em seguida, os representantes dos segmentos de Justiça apresentaram as propostas de metas para 2018, resultado dos trabalhos realizados nas Reuniões Setoriais.

Após as exposições, a ministra Cármen Lúcia agradeceu a todos os presentes e avaliou que o processo de elaboração das Metas do Judiciário é um exemplo para os demais poderes da República ao racionalizar propostas e apurar carências.

A ministra destacou a relevância da participação dos juízes no aperfeiçoamento do Judiciário e reconheceu que há enormes carências, de pessoal e material, para que o juiz possa desempenhar as atividades com tranquilidade. Assim sendo, sugeriu que os juízes encaminhassem propostas para que o Conselho Nacional de Justiça possa atuar de forma mais objetiva e direta na oferta de condições adequadas e, ainda, na interlocução com os órgãos competentes para dotá-los de meios necessários para melhorar as suas condições de trabalho.





Mesa Plenária Final

O arquivo com as apresentações da Plenária Final pode ser acessado pelo [link: Plenária Final \(Discurso da Presidente do CNJ – Ministra Cármen Lúcia e Conselheiros\)](#)

Durante a Plenária Final, os segmentos de Justiça apresentaram os resultados dos trabalhos realizados no período da manhã.

Superior Tribunal de Justiça

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste tribunal pode ser acessado pelo [link: Superior Tribunal de Justiça](#)

Tribunal Superior do Trabalho

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste tribunal pode ser acessado pelo [link: Tribunal Superior do Trabalho](#)

Justiça do Trabalho

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo [link: Justiça do Trabalho](#)

Justiça Federal

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo *link*: [Justiça Federal](#)

Justiça Estadual

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo *link*: [Justiça Estadual](#)

Justiça Eleitoral

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo *link*: [Justiça Eleitoral](#)

Justiça Militar

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo *link*: [Justiça Militar](#)





Encerramento

A ministra Cármen Lúcia agradeceu mais uma vez aos representantes dos tribunais pelo comparecimento ao evento e mencionou que a Reunião Preparatória é um exemplo de como o Poder Judiciário segue atento a suas atribuições e de como os juízes brasileiros são dedicados nas suas competências e no seu compromisso com o País, fazendo com que o Estado Democrático de Direito prevaleça.

The background of the entire page is a repeating geometric pattern. It consists of a grid of stylized, three-dimensional cubes or diamonds. Each cube is formed by several triangular facets in different shades of light gray, creating a subtle 3D effect. The pattern is dense and covers the entire surface.

www.cnj.jus.br